



SALAS MULTISSERIADAS E ESCOLA RURAL: POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÕES DO CURRÍCULO DO DOCENTE E DO EDUCANDO

Vinícius Fagundes dos Santos¹

Resumo: A educação brasileira vem passando por intensas transformações paradigmáticas e reformulações contextuais das mais variadas em seu currículo. Instituições educacionais em grandes centros urbanos recebem, ano após ano, um número maior de alunos vindo de regiões isoladas, zonas rurais, povoados e distritos municipais, buscando profissionalização acadêmica e, por consequência em inúmeras realidades, partindo para o êxodo rural. A temática educacional é foco de discussões e tem sido alvo de críticas exponenciais no que tange à qualidade do ensino no Brasil. No ranking mundial da Educação, o Brasil ainda não ocupa posição satisfatória de grande relevância e, se partirmos deste pressuposto, a realidade das escolas isoladas e campesinas sofrem ainda mais com essa discrepância sócio-cultural e educativa, sendo analisada por muitos educadores como um desafio a ser vencido. Mas será que esse paradigma pode ser quebrado? Escola do campo pode sim, ter qualidade? A resposta vem com a realidade analisada a seguir.

Palavras-chave: Escola Rural. Educação. Currículo. Docentes.

Introdução

Os ambientes multisseriados são espaços educacionais característicos de escolas rurais, responsáveis pelo atendimento às crianças residentes na zona do campo, oferecendo formação desde a Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental e em inúmeras outras instituídas como EJA (Educação de Jovens e adultos). A existência das salas multisseriadas se dá, devido ao baixo índice populacional existente na região campesina, fazendo-se necessário a junção de mais de uma série/ano em um único ambiente de aprendizagem. Segundo ARROYO (2010) “as escolas multisseriadas estão sendo levadas a sério, sendo reinventadas, e não mais ignoradas nem desprezadas como escolas do passado”, por isso a necessidade de discutir uma escola do campo de qualidade e fiel à sociocultura camponesa.

Caminhando para o sexto ano consecutivo como docente da Escola Municipal Alfredo Nasser, situada no Povoado de Brasilândia, Zona Rural do município de São Luís de Montes Belos, interior do estado de Goiás, percebo o quão séria tem sido esta modalidade totalmente diferenciada e discrepante se colocarmos em foco a educação urbana. Alunos extremamente característicos e distintos, uma educação familiar e cultural tradicional com costumes a muito esquecidos e por outros ignorados, comportamentos irrepreensíveis e árduo desejo de aprender. Sob esse prisma de realidade abordar-se-á posteriormente, reflexões, realidades e expectativas da formação dos professores que atuam nestas unidades de ensino isoladas e distantes dos centros urbanos e também analisar a formação dos discentes tendo essa mesma perspectiva: formar futuros cidadãos que não precisarão do êxodo rural para ter sucesso profissional.

¹ (FM) – Secretaria Municipal de Educação de São Luís de Montes Belos. viniciusfagundes@hotmail.com



epe

V ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência alimentando o Brasil
27 a 30 de setembro de 2016
UEG - Câmpus São Luís de Montes Belos

CÂMPUS
SÃO LUÍS DE
MONTES BELOS

UEG UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS

Resultados e Discussão

Analisando as leis referentes à escola do campo, nota-se a importância da formação de profissionais qualificados para atuação nesta modalidade de ensino, bem como a relevância dos saberes específicos para a valorização da ação campesina. É imprescindível que o docente desta modalidade, tenha consciência de que o ambiente do campo é a realidade dos educandos e que esta sofre consecutivas influências por meio das mídias. Arroyo (2009) afirma que a questão que se impõe é entender quais processos educativos formadores de identidades, saberes e valores estão em jogo nessa dinâmica tensa e complexa do campo.

Diante da desintegração do campesinato (êxodo rural) e da Educação no/do campo, faz-se necessário o enriquecimento das Escolas Rurais com mão de obra qualificada e apta para atuar nessas áreas e também o aprimoramento dos recursos destinados a estas unidades, trazendo atratividade e qualidade acadêmica.

Com a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394, em seu artigo 28, parágrafos I, II e III constitui-se que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente, conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e também adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Contudo, percebemos que ainda há um paradigma que permanece no seio da educação brasileira, inferindo que a qualidade da formação discente nas zonas rurais é inferior à qualidade da formação em centros urbanos, devido seu currículo diferenciado e a forma de trabalho multisseriado. Silva (2003, p. 29-30) afirma que a educação rural não é sequer mencionada nos textos constitucionais de 1825 e 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e de matrizes políticas culturais centradas no trabalho escravo, no latifúndio e nas ideias educacionais europeias.

Aliar o currículo formal do conhecimento às informações e realidades já existentes na vida do educando, torna-se o eixo norteador da ação docente na prática pedagógica dessas escolas. Trabalhar com duas, três ou mais séries discrepantes e também com currículos programáticos diferenciados, torna-se um desafio caloroso na ação docente. Para MORIN (2001a, p. 31), “a educação para o futuro exige um esforço transdisciplinar” e é exatamente isso que docentes que estão inseridos no processo de educar no campo são capazes de realizar. O ensino vai além da interdisciplinaridade, sendo necessário transdisciplinar conceitos e ao mesmo tempo multidisciplinar currículos, a fim de alcançar o maior resultado no processo educativo nesses ambientes distintos.

Machado e Cardoso (1988, p. 15) corroboram sobre o trabalho docente na perspectiva rural, afirmando que é necessário preservar e valorizar a cultura regional, possibilitando, através dessa cultura, formas de melhoria e aperfeiçoamento das condições de vida, viabilizando um processo educativo articulando às expectativas da comunidade rural, oportunizando a integração entre a escola e a comunidade na identificação dos conteúdos e objetivos que ajudem o aluno a compreender, a analisar, a expressar, a transformar sua realidade em comunhão com o seu grupo social.



Sob este viés, Silva (2003, p.82) nos afirma que “o objetivo maior é oferecer aos jovens do meio rural uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permita atuarem, no futuro, como um profissional no meio rural, além de as tornarem homens e mulheres em condições de exercerem a cidadania em sua plenitude”. O êxodo rural não é a base dos estudos da escola do campo e não pertence ao “vocabulário escolar”. A escola e o professor do campo trabalham para formar cidadãos efetivos, autônomos, pensantes e atuantes na sociedade urbana, transformando realidades diversas de dificuldades em verdadeiras conquistas.

Considerações Finais

É necessário quebrar o paradigma conceitualmente histórico que infere a falta de qualidade nas escolas do campo. É preciso repensar valores de formação continuada e dar as ferramentas corretas para que o morador do campo tenha sua formação específica e acadêmica, mas que não migre para os grandes centros urbanos, causando interferências sociais e econômicas nas cidades. As escolas rurais com salas multisseriadas de São Luís de Montes Belos, atuam como mediadoras do conhecimento científico por meio da formação do educando, mas também incentiva a permanência deste educando na zona do campo, para que o trabalho rural seja também um trabalho científico e de qualidade.

Agradecimentos

Agradeço aqui, à Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de São Luís de Montes Belos, que gentilmente e primando pelo conhecimento dos pesquisadores e professores deste município, cedeu este espaço para o compartilhamento dos conhecimentos oriundos de anos de pesquisa e estudos. Estendendo também meus cumprimentos à nossa Secretária Municipal de Educação, Maria Helena Augusta pelo apoio e prestatividade.

Referências

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica; CERIOLI, Paulo. **Por uma educação do campo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf >. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

MACHADO, Dolores; CARDOSO, Maria Tereza Lunardini. **Alfabetização sem be-a-bá: uma proposta metodológica para o meio rural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Unesco, 2001a.

SILVA, Eurides Brito da (Org.). **A educação básica pós- LDB**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.